

# Empreendimentos Femininos: Práticas Cotidianas e Perspectivas frente às transformações urbanas em favelas pós implantação das UPP's no Rio de Janeiro.

Mônica Santos Francisco <sup>1</sup>  
Pedro Ferko <sup>2</sup>

Maria, Maria  
é um dom, uma certa magia  
uma força que nos alerta  
uma mulher que merece  
viver e amar  
como outra qualquer  
do planeta.  
(Milton Nascimento)

## Resumo

As transformações pelas quais o Rio de Janeiro vem passando, principalmente na área da Segurança Pública, com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora em favelas onde, anteriormente, o tráfico detinha o controle territorial, podem ser observadas através do estímulo e do crescimento dos investimentos no entorno destas áreas. Desta forma, esses territórios vêm experimentando uma valorização e aumento no preço dos imóveis, estimulando a especulação imobiliária a partir da implantação prática desta estratégia de ocupação destas favelas por parte do poder público. Conseqüentemente, o efeito está sendo estendido às próprias favelas, que são alvo cada vez maior dos investimentos externos de empresas e investidores que encontraram na favela um novo filão de investimento.

Este processo tem impactado diretamente

na dinâmica destes territórios, que vão sofrendo mudanças tão profundas a ponto de estarem sendo ocupados por novos habitantes de bairros de classe média e estrangeiros, ambos atraídos pela vista, pelos baixos custos em relação aos seus antigos lugares de moradia, e assim, criando um fenômeno conhecido nas Ciências Sociais como gentrificação, termo utilizado inicialmente pela pesquisadora inglesa Ruth Glass em 1964, para traduzir a mudança na geografia humana de áreas antes degradadas ou ocupadas por populações vulneráveis, que passam por grande revitalização e são alvo de investimentos, impactando diretamente nos deslocamentos urbanos e na perda de identidade destes antigos moradores, além de deixar em grandes dificuldades os mais resistentes em se manter no local pela incapacidade de arcar com os altos custos decorrentes da nova condição.

Exemplos mais simbólicos e representativos deste processo denominado *gentrificação*, ao quais essas localidades são submetidas, podem ser verificados no bairro do Soho em Londres e no Harlem em Nova Iorque, pesquisados pelo geógrafo Neil Smith, também londrino, nas décadas de 1980 e 1990. Neste contexto de transformação local imposta sobre regiões periféricas que acarretam na inviabilidade

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade do estado do Rio de Janeiro (UERJ), Representante da Rede de Instituições do Borel, Coordenadora do Grupo Arteiras e Consultora da ASPLANDE.

<sup>2</sup> Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS-UFF)

FAVELA  
MORRO  
GHETTO  
PALAFITA  
PERIFERIA  
MUSSEQUE



de permanências de seus antigos moradores, em ampla maioria das vezes uma inviabilidade econômica, as mulheres acabam sendo o elo mais frágil desta corrente, por motivos que abordaremos a seguir e, portanto, é sobre esta ótica que vamos construir a narrativa deste artigo.

## Introdução

O presente artigo não tem a pretensão de um artigo acadêmico, embora o rigor e o cuidado na sua elaboração não se distanciem da elegância dos que o são de fato. Isto não o torna menos importante para pensarmos o momento ou o tempo histórico específico que estamos vivendo, frente às grandes mudanças desta segunda metade do século XXI e do status alcançado pelo Brasil nestas duas últimas décadas, acrescentando aí, o final do século passado.

Não poderia ser diferente com sua segunda maior cidade que, ao perder o título de capital do país, não perde, todavia sua “capitalidade”, ou seja, a capacidade ou função de representar a unidade e a síntese da nação. Ainda que de forma subjetiva por um lado, mas extremamente concreta por outro, devido a sua recorrente apropriação por parte do país desta condição e sendo popularmente conhecida como “tambor do Brasil” ou “vitrine da nação”, pois o que acontece aqui no Rio de Janeiro, reverbera para todo o país e também para o exterior.

Na esteira do supracitado processo de transformação sofrido por determinadas localidades, alguns de seus maiores símbolos (Copacabana, Cristo Redentor, Corcovado, Pão de

Açúcar e Floresta da Tijuca) começam a rivalizar com outro tão antigo quanto os demais, a favela, que por sua vez começa a ocupar um lugar *sui generis* na preferência como destino turístico e ser apropriado pela cidade como lócus de moradia e desenvolvimento de negócios extremamente lucrativos, como os já famosos hostels.

Nesse contexto, fortalecer as iniciativas locais se torna fundamental em termos de permanência nestes espaços, pois favorece o crescimento local, a possibilidade de ampliar a relação com os externos à favela, favorecendo a uma lógica não só de apropriação da favela pela cidade, mas da cidade pela favela, já que grande parte da receita produzida na favela é escoada para fora, segundo levantamento informal realizado em 2011 pela própria ASPLANDE e a CORTE E ARTE na favela do Cantagalo, com constatando que esse montante é de cerca de R\$ 7.000.000,00 (este montante, se levantado com uma amostra maior do que a utilizada e com um tempo maior de aplicação da pesquisa, com instrumento de avaliação mais elaborado, poderia nos dar talvez um montante bem maior de recursos).

O artigo pretende ampliar a percepção sobre a proposta da realização do projeto Mulheres em Rede, de responsabilidade da ASPLANDE, que nasce do desejo e da própria experiência de mulheres que conhecem bem a realidade dos empreendimentos de natureza popular por fazerem parte ou atuarem junto a eles. Ao mencionarmos empreendimentos populares, referimo-nos ao termo cunhado, disseminado e apropriado como filosofia de vida e projeto de sociedade em alternativa ao

*establishment* socioeconômico, contradizendo o olhar ou o pensamento reducionista ou até pejorativo que a denominação possa provocar nos desconhecedores, já que se trata aqui de empreendimentos criados e geridos por mulheres que vivem em favelas ou periferias do Rio de Janeiro, e que movimentam a economia destas localidades.

Sendo assim, a economia e os empreendimentos populares, são aqueles que não seguem a dinâmica dos grandes negócios capitalistas, tanto pela obviedade de sua estrutura e alcance, quanto pela característica que conserva em termos de solidariedade entre as empreendedoras e o fortalecimento dos laços comunitários e de afetividade com o local onde são implementados, e que, para além disso, dá a muitos indivíduos a possibilidade de regularem o próprio trabalho, categoria fundamental para pensarmos a estrutura de nossa sociedade. Trata-se ainda, no caso dos empreendimentos populares, de que muitos consistem em empreendimentos familiares, nos quais toda a família, ou parte dela, depende do mesmo trabalho para subsistir.

A ampliação desta percepção refere-se mais exatamente a lançar um olhar sobre temas que, se não são perceptíveis a uma leitura menos atenta do que aqui entendemos como o empreendedorismo ligado à idéia de economia solidária, e também da construção e manutenção de uma rede de relações da qual as participantes podem se beneficiar numa perspectiva coletiva, ficam evidentes quando direcionamos mais profundamente nossa atenção para questões que envolvem desde a discussão sobre gênero, classe

social, identidade e pertencimento, até questões que versam sobre transformações urbanas em decorrência de políticas públicas de segurança.

## **Práticas resilientes: protagonismo e empoderamento**

Ao contrário da economia capitalista que segundo a teoria Marxista fundamenta-se na desumanização das relações, todo o processo desenvolvido por este tipo de empreendimento comandados pelas mulheres participantes do projeto passa pela centralidade no humano, não perdendo mais o seu sentido, mas produzindo uma série de outros sentidos, consolidando o real significado da economia, já que nas relações em comunidades, estes laços de parentesco e vizinhança ganham uma conotação completamente particular.

Constatar a necessidade destas mulheres de administrarem de maneira mais eficaz seus negócios, com vistas a que esta melhor administração amplie o leque de oportunidades de comercialização e circulação de divisas no interior de suas comunidades, é também fazer evidente que o empreendimento popular hoje é de fundamental importância para a permanência destas mulheres, suas famílias e conseqüentemente a rede de proteção sob o alcance dela na localidade que pertencem, tornando-se assim uma estratégia de permanência e de resistência ao ataque da especulação imobiliária e o aumento do custo de vida ocasionado pelas medidas que compõem o processo que entendemos por gentrificação.

Em depoimento, uma das Participantes do **Projeto Mulheres em Rede** dona de um salão

de beleza na comunidade do Borel, fez a seguinte declaração, *“Eu abri meu salão para ensinar essas meninas, para dar uma oportunidade, uma esperança, uma perspectiva de vida pra elas. Eu vi essas meninas todas engravidando cedo, aí resolvi abrir o salão, e também para ajudar minha família, minhas irmãs, sobrinhas”*.

A fala ajuda a reforçar, neste sentido, que a estrutura e a forma de atuação destes empreendimentos populares diferem por completo daquela que encontramos em grandes empreendimentos capitalistas, desde a divisão do trabalho até a forma como o mesmo se constitui através de relações familiares e comunitárias já existentes previamente, passando pela concorrência voraz estabelecida pelo mercado e a pura e simples extração de lucro através da mais-valia gerada por um processo produtivo que tem como base a exploração do trabalho alheio. Aqui, o empreendedorismo ganha conotação de fortalecimento local e comunitário, em detrimento da famigerada diferenciação econômica e social decorrente deste processo.

Alguns destes empreendimentos são criados como alternativa ao desemprego, mas a grande maioria nasce do desejo de empreender a partir de uma habilidade inata ou adquirida ao longo de sua trajetória. É importante salientar que a criatividade e por vezes a singularidade de muitos destes empreendimentos revelam a capacidade criadora destas mulheres, ainda que em meio a grandes dificuldades, principalmente no que se refere à escassez ou total ausência de investimentos em infraestrutura e serviços nas áreas em que vivem.

Uma das participantes do projeto, em entrevista realizada para construção do relatório de monitoramento do projeto, revela sua experiência pessoal com relação à investida em seu empreendimento que vai ao encontro deste adendo, onde segundo ela significou: *“um novo desejo e um novo ânimo para trabalhar, proporcionado pelo aumento da auto-estima trazida pela Rede, um novo entusiasmo veio junto com o projeto. Foi inclusive pra mim, uma redescoberta e a revalorização do meu próprio talento”*.

Além disso, pudemos perceber na análise das entrevistadas e dos dados quantitativos levantados na aplicação de um questionário sobre a percepção destas mulheres a respeito da transformação (ocorridas ou não) a respeito de serviços prestados às comunidades a partir da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora, que muitas mulheres esperavam que com a chegada da mesma, esta realidade se modificaria, o que não tem se traduzido em verdade na visão de seus moradores. O próprio secretário de segurança do estado, José Mariano Beltrame, tem falado de maneira recorrente sobre a ausência dos investimentos sociais e de efetivação das políticas sociais, pois sem elas a presença da polícia não será capaz de manter as mudanças que vem sendo implementadas.

Os dados quantitativos apresentados em gráficos no relatório de avaliação da pesquisa citada acima mostram o quanto à cidadania vivida e percebida pelas mulheres que fazem parte do projeto denuncia esta condição de precariedade estrutural, ainda que todas as condições sejam favoráveis para implementar mudanças, já que a

grande barreira entre a efetivação destas políticas públicas, estava vinculada ao tráfico de drogas e seus grupos armados.

Neste sentido, indicadores mostram, por exemplo, que da totalidade de mulheres entrevistadas, 26% não perceberam transformações em termos de moradia após a implantação das UPPs, ao passo que 30% consideraram que as mesmas tem sido nociva para elas e sua conseqüente permanência em seus locais de residência. No mesmo caminho, com relação ao transporte nestas localidades, 73% das entrevistadas apontaram a ausência de melhoria ou de qualquer transformação ligadas a este processo. A mesma ausência de qualquer mudança também é sinalizada por 67% das entrevistadas no que diz respeito à saúde, e por 90% no que diz respeito á educação, para citar apenas alguns aspectos abordados.

Ao desenvolver ações de forma singular, onde as próprias mulheres participantes do projeto tem uma centralidade, e é interessante ressaltar isso, pois é usual que se estabeleça entre os agentes desenvolvedores de projetos uma certa tendência ao paternalismo ou até mesmo ao assistencialismo, o projeto caminha no sentido de estimular estas mulheres a serem agentes da própria história e da própria mudança, e ao mesmo tempo, assim agentes de uma transformação política.

Segundo o economista bengali e criador do Banco Grameem, ganhador do prêmio Nobel da Paz, Muhammad Yunus, tem no citado banco uma espécie de banco solidário, onde segundo ele, 97% dos empréstimos são feitos por mulheres. O banco empresta sem garantias e sem burocracias, oferecendo o que ele cunhou como microcrédito,

por ser uma modalidade muito específica de crédito e para um público também específico. Ao criar essa modalidade de crédito e o próprio banco, o economista afirma e defende que a diminuição das desigualdades e conseqüentemente da pobreza, se dá a partir do fortalecimento de empreendedores e em sua grande maioria empreendedoras, que possibilitam assim uma transformação no padrão de vida de suas famílias também e impactam diretamente nas condições do lugar.

A não reprodução desta prática predatória de mercado é fruto e tradução da dinâmica de atuação da ASPLANDE com grande parte das empreendedoras populares que vivem e empreendem em favelas e periferias do Rio de Janeiro e que tem nesta proposta pensada e implementada pela mesma. A ASPLANDE vem atuando dessa forma e com esse público desde a década de 1990, culminando nas ações que possibilitaram a criação da Rede Cooperativa de Mulheres Empreendedoras da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Atualmente, este projeto específico é desenvolvido em parceria com duas instituições compostas por mulheres de favelas do Rio de Janeiro, sendo uma delas a Associação de Costureiras na favela do Cantagalo, e outra o Grupo Arteiras, constituído por mulheres do Complexo do Borel. Esta experiência, fruto do trabalho continuado junto às mulheres empreendedoras, possibilitou um olhar mais apurado sobre a necessidade de se constituir um diferencial na forma de atuação junto a elas, o que está diretamente traduzido no que se convencionou a chamar de *assessoria in loco*.

A assessoria prestada aos empreendimentos, não poderia ser feita esporadicamente. A experiência na escuta apurada ao longo de quase vinte anos de atuação junto às empreendedoras, deu à ASPLANDE a certeza de que no acompanhamento mais próximo dos empreendimentos e das empreendedoras estava de fato o grande diferencial e a possibilidade de que realmente os empreendimentos se mantivessem estáveis e que os resultados esperados pudessem ser alcançados. Neste contexto a assessoria se faz necessária de forma permanente e quase personalizada. Desta forma permite-se dar à mulher e ao empreendimento a real possibilidade de manter-se em um ambiente competitivo e predador de uma forma cooperativa e solidaria.

Utilizaremos-nos, a esta altura, de aspectos tratados no relatório de monitoramento do projeto, previamente realizado por nós, o qual foi baseado na análise qualitativa de entrevistas realizadas com participantes do projeto, para dar suporte a esta argumentação. Segundo aponta o próprio relatório:

“Através destas entrevistas fica clara também, por parte da maioria das participantes, tanto as que já finalizaram seus cursos, como as que ainda estão em andamento, a noção da importância dada por elas aos trabalhos de assessoria ‘*in loco*’ feita pela equipe. O trabalho de assessoria ‘*in loco*’ tem por objetivo fornecer um acompanhamento que permita um apoio às mulheres empreendedoras no que diz respeito às questões, dúvidas, problemas e desafios que possam surgir em cada caso, tendo em vista diferentes aspectos do conjunto de temas que compõem os cursos de formação, tais como questões de relacionamentos interpessoais, gestão administrativa financeira, marketing e publicidade e produtos, etc. (...) Partindo do entendimento que o projeto, ao proporcionar o conhecimento instrumental pela capacitação e

uma possibilidade de articulação e mobilização entre estas mulheres através da Rede, fornece trilhas, ou seja, indica caminhos para que possam desenvolver seus empreendimentos de maneira autônoma e independente, trabalha-se também com a perspectiva que estas empreendedoras não ficarão e nem estarão desamparadas em suas investidas comerciais, ao contrário, continuam a ter seus empreendimentos acompanhados de perto no sentido de conceder apoio, suporte ou respaldo necessário, na medida em que estejam dentro das possibilidades do trabalho de assessoria ‘*in loco*’ desenvolvido pela equipe.” (FERKO, 2014)

Referenciando tal afirmativa, o relatório apresenta em seguida uma fala de uma participante, e que também nos utilizaremos aqui, a fim de reforçar esta função da assessoria *in loco*. Ela diz: “*a assessoria in loco é justamente o diferencial deste projeto, é sua inovação. Antes se viam muitos projetos onde havia a capacitação, ou coisas do tipo, e depois as pessoas eram ‘abandonadas’, não tinham onde ou a quem recorrer, quem acompanhasse de perto o andamento e o desenvolvimento do empreendimento*”.

Esta fala vem como complemento à outra, a qual salienta “*que realidade das comunidades em geral, é de pessoas desacreditadas em relação aos projetos que chegam, justamente porque não tem um acompanhamento posterior. Isso (o acompanhamento) é o que faz desse projeto diferente.*”

Ora a filosofia, ou melhor, a proposta contida na Economia Solidária, filosofia na qual a instituição proponente e as parceiras baseiam suas práticas econômicas, não como uma simples alternativa ao desemprego, mas como forma de construção de projeto real de sociedade, onde práticas solidárias são concebidas primeiramente a partir das relações, ainda que se baseiem na

troca mediada por moeda. Esta é também a filosofia da instituição que parte da premissa do fortalecimento das questões relacionadas ao gênero para basear suas ações, entendendo que a mulher tem um protagonismo muito forte na vida em comunidade para além da vida no círculo familiar mais próximo.

As mulheres em todas as suas questões são as que historicamente estão entre as que mais sofrem os efeitos da pobreza, ou melhor, das desigualdades sociais e econômicas. Segundo o IPEA (Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada) o Brasil está na 117<sup>a</sup> posição em igualdade nas relações de trabalho entre 126 países pesquisados, o que nos coloca em uma situação mais delicada quando estes dados são recortados e as mulheres negras, pobres, ou não brancas e que vivem em áreas periféricas das cidades.

Neste contexto, a proposta de realizar junto a estas mulheres um projeto onde a questão econômica como processo de *empoderamento* fosse concreta, mas também criando a possibilidade de que a partir das práticas cotidianas as mulheres alvo do projeto possam manter-se no território, passa a ocupar em nossas reflexões um lugar importante nas questões relativas aos direitos humanos que é questão transversal na execução do projeto, mas não secundária.

Como temas transversais ao mote central do projeto – a capacitação de mulheres a fim de gerir seus próprios empreendimentos, além de criar e fortalecer uma rede de solidariedade que sirva como suporte à todas, além de estreitar relações pessoais e laços comunitários – entendemos aqui questões que se apresentam

mais latentes da perspectiva social a partir do corte de atuação e do público alvo do projeto. Trata-se, mais obviamente, de atentar para o corte de gênero e de classe, primeiramente, e sobre identidade, pertencimento e territorialidade, bem como a supracitada estratégia de permanência nos locais de moradia encampada pela ideia do empreendedorismo popular.

Esta categoria política utilizada aqui neste contexto tem muito mais uma conotação de lugar, do que a tradução literal de território parte de um Estado-Nação. Tomamos como base para esta afirmação a conceituação feita pelo geógrafo Milton Santos (2000) em seu texto intitulado “Por uma outra Globalização”, onde o conceito de território é apresentado como a de espaços contíguos e contínuos, em rede, “um espaço ou lugar” que está em mediação com o nacional e o local, permeado de microrrelações e correlações constantes com o exterior.

E é justamente este efeito do lugar, segundo Bourdieu (1997), para dar clareza a nossa proposta neste trabalho, dentro de uma dinâmica socioterritorial que está se modificando rapidamente. A singularidade do trabalho desenvolvido por este projeto vem da *assessoria in loco*, o que faz toda a diferença na dinâmica de execução e o diferencia das outras iniciativas que se propõem à mesma tarefa. A escuta apurada e a proximidade no acompanhamento, geram nas mulheres empreendedoras a sensação de que de fato, cada caso é único, como de fato o é, e tratado como tal e não apenas uma experiência genérica inserido em um contexto, produzindo uma maior apropriação das ferramentas de monitoramento do



empreendimento, necessários para a mensuração do crescimento e viabilidade, o que em caso contrário seria esquecido pela urgência da própria dinâmica cotidiana dos empreendimentos.

A identidade como representação dos afetos e das relações construídas ao longo do tempo, somando-se ao local e suas representações, são também importantes neste processo. O conceito de identidade, grosso modo, é geralmente entendido como uma parte constituinte dos indivíduos, mas que, no entanto, sua construção é definida e orientada por paradigmas e padrões delimitados local, histórica e culturalmente. A sociologia entende a construção social da identidade a partir de uma mediação - entre a relação dos indivíduos com os sentidos, os valores, as representações e os símbolos - realizada na prática pelo mundo social e pelos outros indivíduos que nele estão inseridos.

Com a investida externa, principalmente de capital, no ambiente da favela, a possibilidade da perda desta identidade e conseqüentemente a própria constituição como sujeito, se acentua. O mesmo processo acontece com a possibilidade de ter de se mudar de seus locais de moradia ocasionada pelo aumento do custo de vida que acaba por inviabilizar essa permanência, funcionando em nossa perspectiva como uma espécie de expulsão por critérios econômicos, reforçando a idéia do fenômeno da *gentrificação* que vêm ocorrendo nestas comunidades. Entretanto, o empreendimento e a troca propiciada pela participação nesta Rede, já estabelecida, funcionam como elemento de amálgama das dinâmicas introduzidas pelo projeto e que culminam com a troca de experiências e o

estreitamento dos laços, tanto comerciais, quanto o nascimento de novos serviços e negócios conjuntos ou que se complementam.

Outro trecho do relatório da pesquisa a respeito da percepção sobre a existência, ou não, das transformações na estrutura de serviços diversos - e básicos - no interior das comunidades posteriores à implantação das UPPs, produzido por nós, ajudam a entender através dos testemunhos das próprias mulheres o que representa a ruptura causada por condições criadas pelo que já desenvolvemos neste texto, a *gentrificação* ou a "remoção branca", que não se utiliza da força, mas de métodos subjetivos de persuasão, à semelhança da *gentrificação*, é um termo mais usual em nosso país.

Estas situações acabam por causar a perda da identidade e a ruptura com o lugar de origem. Quando perguntadas se, por conta deste processo, já tinham pensado em sair da comunidade no decorrer deste processo de ocupação das favelas pela polícia, 30% das entrevistadas participantes do projeto já haviam cogitado tal possibilidade. Grande parte das justificativas reside basicamente:

"(...) na condição objetiva da rápida elevação do custo de vida nas mesmas a partir da implantação das unidades, decorrente principalmente da valorização imobiliária e da "institucionalização" de determinados serviços, como fornecimento de água, luz, internet e TV a cabo, por exemplo. Esta possibilidade pode ser mais comumente verificada em casos nos quais as pessoas não tenham imóvel próprio, pelo contrário, são locatários das residências onde vivem. (...) Neste sentido, a elevação dos preços pode influenciar de duas maneiras esta decisão: pela impossibilidade de arcar com um custo de vida mais elevado que anteriormente, tendo assim que deixar uma comunidade muitas vezes localizada num bairro central deslocando-se

para regiões distantes da área metropolitana, ou pela oportunidade de obtenção de um alto valor na venda de um imóvel antes desvalorizado em termos de mercado imobiliário.” (FERKO, 2014)

Contudo, não são apenas as condições materiais objetivas que determinam numa tomada de decisão que certamente modifica a estruturalmente a vida destas mulheres. Como apontado pelo mesmo relatório, a identificação com o local e com as pessoas com quem compartilham de um sentimento de pertencimento não meramente passivo, e sim constitutivo das comunidades, é determinante também num posicionamento quando se coloca em cheque a permanência destas mulheres no local ao qual elas pertencem. Nos casos em que a possibilidade de deixar as comunidades foram negadas, o relatório apresenta:

“(…) duas formas distintas de posicionar-se quanto a esta questão. A exemplo dos casos afirmativos citados acima, o próprio processo de elevação dos preços de imóveis e demais serviços podem motivar também a permanência destas mulheres na comunidade, vislumbrando talvez a uma possibilidade futura de realizar um negócio de venda ainda mais rentável, debruçando-se sobre a esperança que este processo de valorização imobiliária perdure por mais alguns anos. Um outro fator verificado que por vezes é determinante para que as pessoas permaneçam a viver - e mais, recusem-se a sair - dessas localidades, é o aspecto identitário destes indivíduos, dos quais a comunidade é parte constitutiva fundamental. O peso da identidade local e das histórias de vida, construídas em diálogo contínuo com a comunidade que as cerca, é um aspecto fundamental para se compreender a recusa em deixar a comunidade em detrimento de benefícios financeiros a curto prazo” (FERKO, 2014)

Estas evidências encontradas nas narrativas das mulheres participantes do projeto

são muito úteis para nos dar um panorama da força do comunitário e dos laços de afetividade, das relações de vizinhança, das raízes que permeiam o externo e o interno, na solidariedade e na troca. Empreender, como ouvimos em muitas destas conversas, não é só ganhar dinheiro é poder melhorar a casa, comer melhor, gerar trabalho para a família, parentes e agregados. A ruptura com o lugar de afetividade é quase uma ruptura ontológica, é despir-se de si mesma e de sua própria história de constituição como sujeito.

## Considerações finais

Neste caso, podemos chegar a uma interessante conclusão, ou até várias, mas uma já chega e nos é bastante. Um projeto que se proponha a desenvolver hoje um trabalho com mulheres moradoras de favelas e áreas periféricas - principalmente aquelas que empreendem em uma condição peculiar e de adversidade, e que não são pela própria constituição e princípios empresárias simplesmente - só pode ser bem sucedido em sua proposta na medida em que não reproduza os velhos métodos paternalistas, tampouco que se utilize de perspectivas que entendam a idéia de empreendedorismo e de mercado a partir de relações predatórias de competição pessoal e de exploração do trabalho.

A compreensão por parte de uma instituição como a ASPLANDE com todos e todas as(os) envolvidos na execução direta e indireta da proposta em questão de promover suas ações de maneira a respeitar e estimular de forma contínua

a apropriação por parte das mulheres envolvidas no Projeto Mulheres em Rede de sua condição de sujeito de transformação, o que percebe-se no processo que recorrentemente chamamos de empoderamento, ou certa disposição mental que faz com que esta mulher “desperte” e emerja como uma potência geradora e desencadeadora de outros processos do que podemos chamar de reestruturação sócio-econômica local e não só restrita ao ambiente estritamente familiar, mas também no todo social, como de forma recidivante temos apresentado neste artigo, como de sua importância mencionar, nos depoimentos e resultados da pesquisa que compõe o relatório de monitoramento do Projeto Mulheres. Como premissa o respeito e a valorização da diversidade é um dos pontos altos da ação. Isto é demonstrado claramente na composição das participantes, e sua própria surpresa ao perceberem que mesmo não possuindo escolaridade elevada a ausência de dispositivos limitadores de idade, situação que as impediram de serem inseridas em ocasiões passadas em projetos similares, garante-se mais do que o direito de participar de um “projeto”, ou “curso”, mas a garantia de igualdade de condições para a conquista de uma elevação na sua qualidade de vida e aprimoramento das suas práticas de empreendedorismo.

Isto se conforma não só como uma forma de desenvolver um projeto de forma diferenciada, mas na convicção de que se desenha apropriação de um direito. E esta pauta é uma das que tem um apelo mais caro ao grupo e aos desenvolvedores do Projeto Mulheres em Rede, pois as ações que possibilitem um envolvimento das mulheres em

assuntos que promovam a garantia dos direitos humanos, seja através das ações denominadas Rodas de Conversa ou os encontros da Rede de Empreendedoras Local, buscando esclarecer que esta pauta não é uma pauta transversal, mas sim a culminância de todas as ações, sejam elas práticas ou subjetivas.

De modo que, dentro do que pudemos verificar a partir da atuação deste projeto, sua relação com o empreendimento passa e perpassa pelo reforço das relações sociais e sua relação com o meio em que estão inseridas, pela humanização a partir da centralidade do indivíduo no processo produtivo e em termos de regulação do próprio trabalho, bem como na medida em que não deixa de dar especial atenção aos temas ao protagonismo da mulher nas estruturas familiares, no mercado de trabalho e na sociedade de modo geral, a perspectiva coletivista (comunitária) e de identidade ligada à classe e aos locais de pertencimento.

Pode-se dizer que o humano é o centro de toda a sua trajetória. Então, qualquer proponente de projeto, só alcançará êxito em seus resultados esperados, se der à empreendedora ou às empreendedoras, o que o geógrafo Milton Santos chamou de “a centralidade do processo”, sinalizando que a grande mudança e as soluções para os mais vulneráveis, viriam deles ou delas mesmas.

Criar as condições para que as mulheres se tornem sujeitos de sua própria história, como agentes políticos de sua própria mudança, capazes de transformar sua realidade de forma concreta – sem descolá-las dos processos e das estruturas

sociais nas quais estão inseridas e que, de certo, impõem limites a estas transformações -, ainda que muitas de suas razões passem pela subjetividade, é urgente.

O trabalho em rede, a possibilidade da escuta e da fala, da troca de conhecimentos e experiências não só em termos de cada empreendimento, mas também com relação a outros aspectos de sua vida social, quando os espaços para estas ações são muito restritos e muitas não conseguem acessá-los, é fundamental no que diz respeito à proposição deste projeto. O fortalecimento de uma economia interna através

da consolidação destes empreendimentos, das relações pessoais e comunitárias, das reflexões e debates a respeito de gênero, classe e identidade, funcionam, portanto, como instrumentos na luta pessoal destas mulheres em termos de estratégias coletivas de resistência, permanência e viabilização da vida frente aos processos e transformações sociais tratadas neste artigo.

Ter um espaço onde é possível se fortalecer como mulher moradora de favela e também como empreendedora é, dentro das poucas perspectivas que se mostram possíveis e viáveis, uma conquista. Apropriar-se disso, para estas mulheres é vital.

## Referências Bibliográficas

BOTTARI, E.; GONÇALVES, L. **Beltrame quer pressa em investimentos sociais pós upps: depoimento**. O Globo, 28 de maio de 2011. Disponível em < <http://oglobo.globo.com/rio/beltrame-quer-pressa-em-investimentos-sociais-pos-upps-nada-sobrevive-so-com-seguranca-2764060>> Acesso em 17 de Julho de 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis, Vozes, 1999.

FERKO, Pedro. **Relatório dos resultados da pesquisa de percepção sobre as transformações ocasionadas pela chegada das Unidades de Polícia Pacificadora**.

FERKO, Pedro. **Relatório de Monitoramento do Projeto Mulheres em Rede: Tecendo teias de Solidariedade e Conhecimento**, 2014.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. CIDADE, EDITORA, 1995.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. CIDADE, EDITORA, 2000.